

QUANDO AS MINORIAS FALAM: CONSTRUÇÕES DE SENTIDO SOBRE A WEBSÉRIE CARTAS URBANAS

When minorities speak: meaning constructions about Cartas Urbanas webseries

Cuándo minorías hablan: construcciones de sentido sobre la webserie Cartas Urbanas

Francisco Sérgio Lima de Sousa¹

Márcia Vidal Nunes²

Resumo

Este artigo estuda as construções de sentido que cinco moradores de periferias de Fortaleza fazem a respeito do Cartas Urbanas, webserie documental na qual são protagonistas. A análise busca saber se estes se sentem representados na produção e se esta os ajudou nas suas lutas pelo direito à cidade, tema sobre o qual versa a série, lançada em 2016 pelo coletivo Nigéria. A pesquisa, de caráter qualitativo, realiza um estudo de recepção na perspectiva dos estudos culturais latino-americanos.

Palavras-chave: Comunicação alternativa. Mídia radical. Minorias. Coletivos de audiovisual. Visibilidade.

Abstract

This research studies the meaning constructions that five inhabitants from Fortaleza's periphery make towards Cartas Urbanas, an web series they feature talking about their reality. This production was released in 2016 by collective Nigéria. The analysis aims to know if the inhabitants feel represented through the series and if it has helped them on their social struggles. This is a qualitative research, made by a reception study following the perspective of Latin American Cultural Studies.

Key words: Alternative communication. Radical media. Minorities. Audiovisual collectives. Visibility.

Resumen

La ponencia estudia las construcciones de sentido de cinco moradores de las periferias de Fortaleza sobre Cartas Urbanas, webserie en la cual ellos son los protagonistas. La análisis busca saber si ellos siéntense representados en la producción y si ella los ha ayudado en sus luchas por el derecho a la ciudad, tema sobre el cual habla la serie, estrenada en 2016 por el colectivo Nigéria. La investigación hace un estudio de recepción en la perspectiva de los estudios culturales latinoamericanos.

Palabras-clave: Comunicación alternativa. Mídia radical. Minorías. Colectivo de audiovisual. Visibilidade.

¹ Doutorando; Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE (Brasil). sergiolsousa@gmail.com - Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8756-0366>

² Doutora; Universidade Federal do Ceará (UFC) (professora do Programa de Pós-Graduação), Fortaleza, CE (Brasil). marciavn@hotmail.com - Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3318-4937>

Introdução

À tardinha, em uma rua de terra batida, um homem passa apressado a cavalo. Mato ao lado, algumas poças de lama no meio e, à frente, diversas casas sem reboco. Ali, da calçada, sentado em uma cadeira de balanço, Wilbert Santos, 18 anos, escreve uma carta. Nela, ele se apresenta e fala sobre os problemas de sua comunidade. Assim inicia o episódio Fronteira Esquecida, que trata do Grande Bom Jardim, região caracterizada, de acordo com Wilbert e outros moradores entrevistados no vídeo, pelo esquecimento.

O Fronteira Esquecida é um dos seis episódios que compõem o Cartas Urbanas³, série produzida para a internet (websérie) pelo coletivo de audiovisual Nigéria, em Fortaleza, e lançada em 2016. Cada episódio possui 13 minutos de duração e conta a realidade de uma comunidade diferente da periferia da capital cearense. O tema que une todas as histórias contadas no filme é a luta pelo direito à cidade, discussão trazida por Henri Lefebvre (2001). O sociólogo francês traz esse conceito como uma garantia de não exclusão da sociedade urbana das qualidades e benefícios da vida na cidade. Ele exige este direito como uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados que vivem nos distritos periféricos da cidade.

A websérie cria uma narrativa que interliga as seis comunidades, trazendo as cartas, escritas pelos próprios moradores, como recurso simbólico para mostrar a comunicação entre estes territórios. O filme foi lançado em duas partes, em abril e em agosto de 2016, no cinema do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, um equipamento cultural central de Fortaleza. Ambas as exibições foram seguidas de debate.

As comunidades retratadas no Cartas Urbanas já chegaram a ser apresentadas pela mídia convencional local. O que o Cartas Urbanas traz de diferente, entretanto, é o olhar sobre essas realidades. O objetivo apresentado pelos produtores era apresentar aquelas histórias com foco no que as comunidades afetadas tinham a falar. As classes subalternas, ao invés do poder econômico estabelecido, ganhavam status de protagonistas daquela produção audiovisual.

³ Os episódios da websérie podem ser vistos no site do coletivo Nigéria: <http://nigeriafilmes.com/project/cartas-urbanas/>

Esta estratégia de buscar dar voz às minorias é uma característica, segundo os integrantes do Nigéria, primordial em todas as suas produções. Trabalhamos aqui com a ideia de minoria trazida por Sodré. Segundo o autor (2005, p. 12), “o conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual”. Sodré recorre a Kant para reforçar sua definição. Conforme o filósofo alemão, maioria é *Mündigkeit*, que significa a possibilidade de falar. Já minoridade, por sua vez, é *Unmündigkeit*, o que está relacionado à impossibilidade da fala. “Menor é aquele que não tem acesso à fala plena” (*Idem*, 2005, p.11).

O Nigéria foi criado em 2010. Formado atualmente por três jovens jornalistas de classe média, Yargo Gurjão, Bruno Xavier e Roger Pires, o coletivo tem claramente definido um posicionamento afinado às lutas sociais em todos os seus trabalhos, buscando dar visibilidade a grupos marginalizados. Como afirma Gurjão: “nós temos uma independência na escolha de nossos temas. Mas temos como objetivo empoderar os movimentos sociais”⁴.

No mundo globalizado, ter visibilidade tornou-se imprescindível aos movimentos, pois, como destaca Lacerda (2002, p. 91), “na era da globalização, não basta realizar atividades concretas de cidadania: é preciso estar presente no imaginário social”. O autor defende que os movimentos sociais buscam essa visibilidade midiática (vendo a mídia como o porta-voz desta era), “como maneira de pressionar governos, partidos políticos e o mercado em relação à agenda social global” (*Idem*). Castells (1999, p. 368) reforça esta discussão afirmando que “tudo que fica fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política”.

De que forma, portanto, estes objetivos apresentados se encontram no Cartas Urbanas? Este artigo se aprofunda sobre a discussão presente em dois episódios, Fronteira Esquecida e Vazio Ocupado, que tratam da região do Grande Bom Jardim e da comunidade de Raízes da Praia. Buscamos saber se os moradores destas localidades se veem representados nesta produção audiovisual, como eles a recebem, como a interpretam e como se apropriam deste material.

⁴ Entrevista realizada com os integrantes do Nigéria em 06/10/2015.

2. Uma nova mídia, em uma nova realidade

John Downing traz o conceito de “mídia radical” para falar de mídias de oposição, que surgem para quebrar os bloqueios oficiais à expressão pública e que procuram trazer um novo espaço de visibilidade às vozes discordantes, minoritárias e subjugadas. “Com o termo mídia radical, refiro-me à mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (DOWNING, 2004, p. 21).

O Nigéria segue essa linha conceitual traçada por Downing. Definindo-se como um coletivo de audiovisual, o grupo está inserido em um recente rol de mídias não-convencionais que têm lançado mão de instrumentos contemporâneos de comunicação para ganhar espaço e repercussão e apresentar uma visão contra-hegemônica da realidade. De acordo com Migliorin (2012, p.2), um coletivo é “um centro de convergência de pessoas e práticas, mas também de trocas e mutações”, formado “não de certo número de pessoas com ideais comuns, mas de um bloco de interesses, afetos, diálogos, experiências aos quais certo número de pessoas adere, reafirmando e transformando esse mesmo bloco”.

Este agrupamento traz como característica uma relação entre os membros não institucionalizada por meio de contrato ou de uma posição na cadeia produtiva. Estes membros buscam uma horizontalidade na ação, rejeitando hierarquias. Os integrantes do Nigéria afirmam se identificar com este modelo.

3. Metodologia

Martín-Barbero, na década de 1990, levantou uma questão importante sobre os estudos de comunicação: em vez de, como tanto se fez no passado, perguntar-se o que os meios fazem com as pessoas, ele se questionou o que as pessoas fazem com os meios.

Para o autor, o receptor da mensagem não é somente o indivíduo que a recebe, mas aquele com capacidade de participar do processo de comunicação, empregando ao que foi dito suas próprias interpretações, construída por meio do complexo espaço de experiências deste indivíduo. “O eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas

de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 55).

Para ele, o receptor “não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor” (*Idem*, p. 287). Daí, a necessidade de entender os sentidos construídos pelos próprios personagens que participaram do Cartas Urbanas, após acompanhar o processo de recepção destes do vídeo em questão. E de analisar estas vozes à luz de reflexões socioculturais, levando em consideração o lugar de onde eles vêm e as relações de subordinação sob as quais foram impostos.

Para alcançarmos isso, realizamos visitas às comunidades, nas quais buscamos os discursos dos personagens por meio de entrevistas em profundidade. Apresentamos aqui as falas de cinco moradores. Uma observação pertinente a ser destacada é que todos os entrevistados são negros, o que espelha a forte presença da população negra em condições socioeconômicas desfavoráveis. O objetivo dessas entrevistas foi entender, através das histórias de vida dos personagens escolhidos, a sua relação com o local onde habitam e como eles avaliam a situação em que vivem na comunidade e o vídeo produzido a este respeito.

Foram feitas, através de um tablet, exibições individuais do filme com estas pessoas, especificamente do episódio que as retratava. Este procedimento mostrou-se necessário porque alguns deles ainda não haviam visto a produção. Para os que já a haviam visto, era interessante trazê-la de volta à memória para que pudessemos conversar a seu respeito com mais propriedade e proximidade. Ao longo de cada exibição, pudemos observar como eles reagem ao vídeo, e tomamos nota destas reações. Após este processo, iniciamos a entrevista com cada um deles.

Ao material obtido com estas entrevistas, foi aplicada então a segunda etapa de nosso processo metodológico, que consiste na análise de conteúdo, não apenas em base semiológica, mas também em teorias da estrutura social, como propõem os estudos culturais latino-americanos.

4. O Grande Bom Jardim e suas vozes

Se fosse um município, o Grande Bom Jardim seria o terceiro maior do Estado do Ceará em densidade populacional, com mais de 200 mil habitantes somados nos cinco bairros que o compõem: Bom Jardim, Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira e Canindezinho. Pobre e periférica, a região se originou de ocupações irregulares nas décadas de 1970, 1980 e 1990 por populações que migraram do sertão e do litoral cearense, de maioria negra e parda (CARLOS, 2014). Ao longo dos anos, estes bairros foram acumulando uma série de problemas estruturais que não foram solucionados pelo Município ou pelo Estado, o que explica as precárias condições de habitabilidade atuais.

Com a implantação de diversos conjuntos habitacionais na área ao longo dos últimos anos, o Grande Bom Jardim (GBJ) viu a demanda por serviços públicos se multiplicar, mas a infraestrutura não acompanhou esse avanço populacional, de forma que, hoje, a área é um símbolo da pobreza e do descaso do Poder Público em Fortaleza.

Estudo divulgado em 2012 pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece)⁵ revela que os cinco bairros que compõem esta região se colocam no ranking dos 10 mais pobres da cidade. Enquanto a renda média mensal das pessoas com 10 anos ou mais que moram no bairro Meireles, primeiro colocado na lista, era de R\$ 3.659,54, no Canindezinho, antepenúltimo no ranking, era de apenas R\$ 325,47, isto é, 11 vezes menor.

Essa pobreza se reflete nos índices de violência na região. Conforme dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Estado do Ceará referentes a 2020, as chamadas Áreas Integradas de Segurança (AIS) que abrigam os bairros que compõem o Bom Jardim são as que registraram o maior número de ocorrência crimes violentos letais intencionais de Fortaleza no

⁵ https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Ipece_Informe_42_outubro_2012.pdf

período. A AIS 9, à qual Canindezinho se agrega, é a que somou mais crimes do tipo, totalizando 210, seguida da AIS 2, na qual estão Bom Jardim, Granja Portugal, Granja Lisboa e Siqueira, que registrou 166 crimes⁶.

O título dado ao episódio sobre a localidade, Fronteira Esquecida, traz um significado que abriga duas ideias fortes e recorrentes entre os moradores sobre o lugar onde vivem. A palavra fronteira traz a ideia do distanciamento do centro, das margens, do que já está quase fora do alcance. Os bairros Siqueira e Granja Lisboa possuem conflitos de limitação intermunicipal com os municípios de Maracanaú e Caucaia, condição esta que interfere no provimento de políticas públicas e acesso a equipamentos e serviços que promovem os direitos sociais básicos (CARLOS, 2014). E, além de distante, essa fronteira também é esquecida. Este é o adjetivo mais citado pelos moradores no vídeo.

O primeiro personagem que trazemos é Wilbert Santos, produtor cultural, com 19 anos quando realizamos a entrevista. O jovem ressalta que metade da população da região é composta por jovens. A discussão da juventude é a mais presente na sua fala, que afirma ser esta sua principal bandeira de militância política.

Wilbert hoje não mora mais na região. Saiu por conta da violência, problema que esteve presente em vários momentos em sua vida no bairro. Aos sete anos, Wilbert entrou em um projeto social no bairro que realizava atividades culturais para crianças e adolescentes, com o objetivo de afastá-los das drogas. Passou sete anos de sua vida participando destas atividades. Eram, informa, 40 meninos e cerca de 30 meninas. “E, dessa galera todinha dos homens, apenas 12 estão vivos. E o que era mais próximo a mim acabou de ser preso de novo” (Wilbert Santos, entrevista, 02/02/17), afirma.

Apesar da presença constante da violência em sua história, esse não é o principal problema apontado pelo jovem no Grande Bom Jardim. Para ele, a falta de políticas públicas para a juventude é a maior dificuldade. Esta seria a causa da marginalidade, porque

⁶ <https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2021/01/01-CVLI-Estatisticas-Mensais-1.pdf>

ali os jovens teriam negados o seu direito à cultura, à educação, ao lazer, o direito de ir e vir, o seu direito à cidade, de uma forma mais ampla.

Wilbert já havia visto o Fronteira Esquecida duas vezes, sendo uma no lançamento, no cinema. A maior proximidade do jovem os integrantes do Nigéria e o seu interesse por atividades culturais facilitaram esse acesso. Questionado sobre o resultado, no vídeo, do processo que tinha ajudado a construir através da entrevista e da produção da carta, ele afirma que o episódio foi fiel à realidade da região e às lutas empreendidas pelos moradores.

(...) fiel ao ponto de retratar o que a gente sempre fala. Por exemplo, as lutas da cidade. Tão sempre os mesmos coletivos, sempre os mesmos projetos, sempre as mesmas pessoas, mas a gente não consegue falar de luta da cidade de uma forma mais ampla. (...) E aí, ser retratado isso de uma forma de audiovisual, é pra escancarar pra cidade o que a gente vem fazendo e que as pessoas parecem não querer escutar, entende? (*Idem*).

Wilbert afirma que, após o lançamento, o vídeo foi bastante discutido no Grande Bom Jardim entre os movimentos sociais atuantes na região. Todavia, fora do ambiente dos movimentos, ele não sabe afirmar se o vídeo repercutiu nas comunidades que formam o território. Para ele, entretanto, o fato de o vídeo ser exibido no Centro Dragão do Mar permitiu uma maior visibilidade da realidade do Bom Jardim para uma parcela mais ampla da sociedade. Ele acredita que, a partir daquela audiência, essas discussões ganham outros espaços, inclusive entre as pessoas que trabalham com políticas públicas. “Ter o vídeo do Nigéria ao nosso favor é a perspectiva de que a gente não tá só na cidade. E aí a gente aumenta a nossa vontade de lutar, sabendo que a gente não tá lutando só pelo Bom Jardim, a gente tá lutando por uma cidade que seja igualitária, né? (*Ibidem*)”, considera.

A segunda personagem mora em Nova Canudos, uma ocupação antiga do Grande Bom Jardim, que soma cinco ou seis ruas em uma área carente de serviços públicos básicos, a exemplo da ausência de sistema de esgoto sanitário. Mais de 200 casas não possuem sequer banheiro (FREITAS, 2019). Pelas ruas estreitas e não-asfaltadas, correm esgotos a céu aberto, os quais dividem o espaço com crianças, que brincam descalças.

Raelly Pereira tem de 31 anos, é dona de casa e mãe de um filho de três anos. No vídeo do Cartas Urbanas, ela fala do estigma do Grande Bom Jardim, mais especificamente sobre a comunidade Nova Canudos. “E aí, quando eu vim pra cá, eu tinha um receio muito grande, porque era tachado como um lugar perigoso e tudo. E depois que eu vim pra cá foi que eu consegui enxergar que não era aquilo que as pessoas rotulavam, né? (Raelly Pereira, descrição de fala extraída da websérie Cartas Urbanas)”.

Raelly havia começado a morar na comunidade Nova Canudos seis anos antes da nossa entrevista. Ao passar a viver lá, começou a ter uma outra visão sobre o local. “Os políticos, eles têm que chegar na favela, as coisas têm que acontecer na periferia. Se todo mundo pensasse: ‘ah, isso aqui é uma favela, eu vou sair daqui’, isso aqui ia ficar desocupado. Não é você sair de dentro da periferia, é as coisas acontecerem dentro da periferia” (Raelly Pereira, entrevista, 6/02/2017).

Ao ser questionada sobre o que achou no vídeo, Raelly diz: “Assim, ficou muito bom! Mas isso chega aos olhos dos nossos governantes? Ou isso fica dentro da UFC [Universidade Federal do Ceará]? (*Idem*). Ela reflete que a comunidade é muito procurada pela mídia através de programas policiais. “Eles gostam muito de colocar você mais ainda como miseráveis, aí colocam só o que é podre na TV, e a gente gosta de ver na televisão o que tá errado e o que pode ser mudado” (*Ibidem*), analisa.

E aí chega às vezes as pessoas na sua casa e: ‘vamos fazer um documentário, vamos fazer uma reportagem, vamos fazer isso, aquilo outro?’. Mas vem pra somar? Vai chegar aos nossos governantes? Alguém vai fazer alguma coisa? Alguém do poder político tá vendo isso aqui, essa reportagem? (Raelly Pereira, entrevista, 6/2/2017)

A moradora lança dúvidas sobre os resultados práticos do documentário. Apesar de reconhecer a qualidade da produção, ela demanda respostas concretas disso, as quais diz ainda não ter conseguido perceber. Segundo ela, os programas policiais sensacionalistas, nos quais sua comunidade costuma ser retratada, funcionam apenas para reforçar preconceitos relacionados à localidade, como uma área dominada pela violência e pela miséria. Ela reconhece que tais problemas existem, mas exige que um outro lado também seja mostrado: o lado das pessoas que lutam para garantir um lugar melhor para viver.

O Cartas Urbanas, a seu ver, diferencia-se dos programas policiais por trazer este novo olhar. Por outro lado, ela se questiona até que ponto a produção pode contribuir com o bairro. Ela vê a comunicação, a mídia, como uma aliada nas lutas por melhorias, mas se pergunta se a websérie em questão alcançou a repercussão necessária para isso, se chegou ao conhecimento de quem, conforme diz, “tem o poder da caneta na mão”.

5. Resistência e luta na comunidade Raízes da Praia

Conhecidamente uma cidade desigual, Fortaleza está entre as capitais brasileiras com maior déficit habitacional do Brasil. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a cidade possuía 120,1 mil habitações com deficiência em 2012, o quarto maior índice do Brasil. Esta realidade explica o surgimento da Raízes da Praia, ocupação iniciada em 2009 frente à turística Praia do Futuro e hoje formada por 84 famílias. Elas ocuparam um terreno privado, então inutilizado há cerca de 10 anos, conforme moradores do local.

Despejados de outra ocupação, os moradores se reuniram junto a movimentos sociais e ocuparam a nova área, sendo fortemente reprimidos, inclusive com a posterior comprovação da atuação de policiais militares nas tentativas de despejo ilegais. Ao longo de nove anos, foram diversos enfrentamentos, e hoje os moradores seguem morando em barracos de madeira, que possuem água e energia elétrica através de abastecimento clandestino, com esgotamento sanitário feito a partir de fossa, mas com a presença de esgotos a céu aberto. Até 2020, a área ainda era objeto de disputa judicial: ainda tramitavam um processo de reintegração de posse na 18ª Vara Cível e outro de usucapião coletivo na 26ª Vara Cível.

No episódio Vazio Ocupado, da websérie Cartas Urbanas, os moradores discutem a realidade em que ainda vivem. O nosso primeiro entrevistado foi Francisco de Assis, de 56 anos, conhecido como Seu Assis. No vídeo, ele “escreve” a carta que fala da realidade de sua comunidade. Em nossa conversa, contudo, ele revelou que apenas fingia escrever, pois teve pouco estudo e não possui muita habilidade para a escrita.

Natural do Interior do Estado, ele era pescador, até se inserir em lutas comunitárias por moradia. Para sobreviver, vende churrasco na rua. A questão da geração de renda, para os moradores do Raízes da Praia, é uma grande problemática, conforme aponta Seu Assis. Ele afirma que todas as pessoas que foram ocupar a área na qual hoje estão instalados perderam seus empregos, porque precisavam dedicar seu tempo à ocupação, precisavam fazer número no local, estar presentes, sob pena de o processo fracassar diante das represálias do proprietário do terreno. Após o período mais tenso, os moradores não conseguiram recuperar seus empregos e trabalham como vendedores ambulantes.

As pessoas acham que a gente não merece uma vida digna. Por incrível que pareça, essa discriminação ainda é muito grande: quando diz que mora na comunidade, aí acham que a pessoa não tem qualificação para ter um emprego digno. (Seu Assis, entrevista, 14/03/2017)

A questão do preconceito pela condição social é referida pelo morador em diversas outras ocasiões, problema também observado entre os entrevistados do Grande Bom Jardim. Segundo ele, essa discriminação também os negou, por um certo tempo, o acesso a serviços básicos por parte do poder público, a exemplo de postos de saúde, creche e escolas, sob a justificativa de que não possuíam endereço fixo.

Uma das pessoas que tomou a frente na resolução dessas questões foi Aucélia Ramos, 46 anos, nossa segunda entrevistada. A moradora tira sua renda do pequeno comércio que mantém em sua residência e do auxílio que recebe do governo por ter seu marido na prisão. Aucélia foi a primeira a montar barraco na ocupação, segundo ela, por não conseguir mais pagar o aluguel da casa onde morava.

Eu estava sem saber o que fazer, a minha solução era essa e até hoje essa está sendo. Se, um dia, resolverem requerer isso aqui (a casa na ocupação), pra onde que eu vou? Eu vou morar no meio da rua com meus filhos, porque eu não tenho para onde ir, eu não tenho! (Aucélia Ramos, entrevista, 14/03/2017)

Durante sua fala, ela se refere muitas vezes ao seu apego ao local e ao senso de coletividade existente na comunidade. Há, afirma, uma concepção de que os problemas ali encontrados são comuns entre cada um dos moradores, de que tudo é uma luta coletiva e comunitária.

O senso de coletividade é também um ponto em comum entre as duas comunidades estudadas, Grande Bom Jardim e Raízes da Praia. Há um entendimento de que as demandas são coletivas e que a luta pelas melhorias nas condições de vida deve ser assumida por todos os moradores, daí a força dos movimentos sociais nestas localidades.

Nosso último entrevistado na ocupação foi Gabriel Gomes, 20 anos. Ele é desempregado e chegou ao Raízes da Praia já após os maiores enfrentamentos com o proprietário. Ocupa-se com atividades esportivas, tema do qual gosta de falar, pois faz treinamento voluntário com as pessoas da comunidade em ginástica laboral. Ele diz gostar de morar na comunidade pela amizade existente entre os moradores, mas reclama do preconceito das pessoas de fora, que costumam atribuir aos ocupantes a autoria dos crimes existentes na região da Praia do Futuro.

Dos três moradores, apenas Seu Assis havia visto o Cartas Urbanas. Ele descreve o processo de produção do episódio como algo coletivo, pois foi ele quem acompanhou as filmagens e levou o Nigéria aos demais entrevistados. Na época da filmagem, Seu Assis disse que os integrantes da produtora se comprometeram a fazer uma exibição do filme na comunidade, o que nunca aconteceu.

Quanto ao resultado do vídeo, o morador diz ter ficado satisfeito: “Mostrou [a realidade dos moradores]. Eu levei para o lado certo, para que quem assistisse visse a realidade da comunidade, como era que tava acontecendo, né? Os espaços que tem, que podia começar um projeto, por onde a comunidade tá mais acumulada” (Seu Assis, entrevista, 14/03/17). Assim como Raelly, do Grande Bom Jardim, Seu Assis também direcionou sua fala de modo a apresentar os problemas de sua comunidade para quem não a conhece, para quem a vê de fora. Ele concebe o documentário como uma vitrine, um espaço em que aqueles problemas pudessem ser expostos para o restante da cidade, incluindo para as autoridades políticas.

Ele aponta que a situação vivida pelos ocupantes do Raízes da Praia nunca ganha espaço, de forma séria, na mídia convencional, de maneira a buscar um enquadramento mais atento ao que os moradores têm a dizer. De acordo com Seu Assis, os integrantes do coletivo são os únicos parceiros, no âmbito da mídia, da comunicação, que a Raízes da Praia tem a seu favor.

Já para Aucélia Ramos, no instante da abordagem pela equipe do coletivo, não houve uma reflexão, por parte dela, sobre como aquele vídeo que estava sendo produzido poderia ajudar no processo de reivindicação pelo direito à moradia. Apesar de um aparente desinteresse pela produção, que pôde ser notado através da entrevista, Aucélia disse ter gostado do documentário, por este apresentar parte da realidade a qual vive.

Gabriel também reforça a importância de ver sua realidade presente no documentário:

Esse vídeo vai mudar a cabeça da pessoa, uma pessoa que fala mal: ‘Ai, aquela comunidade ali não presta, aquela comunidade ali só tem pessoa que usa drogas, que rouba’. Esse vídeo aí vai mostrar que não tem essas pessoas, que tem pessoas de bem, famílias de bem, que querem fazer o bem pras outras. Aí isso vai mostrar muito. (Gabriel, entrevista, 14/03/2017)

O jovem acredita que produção pode servir como um veículo para desmistificar as noções pré-concebidas da sociedade em relação à ocupação.

6. Considerações finais

As falas das cinco pessoas entrevistadas neste trabalho revelam a necessidade que as minorias possuem de alcançar visibilidade. Isso comprova também que a mídia convencional local não abre espaços de fala para estes grupos subalternos. A mídia passou, como defende Canclini (2002, p. 50), a ser um instrumento de preservação do *status quo*.

Daí a necessidade dos movimentos sociais em garantir, a seu favor, uma comunicação alternativa. O fato de, pela primeira vez, terem suas vozes expostas em destaque, de terem seus problemas apresentados de maneira fiel e sem sensacionalismo, como defendem ter sido, fez com que estes moradores de periferia passassem a ter o coletivo Nigéria como um parceiro de suas lutas.

O Cartas Urbanas é considerado pelos moradores das periferias em questão como um veículo para apresentar a quem é de fora a realidade que se vive ali dentro. Entretanto, ainda surge entre alguns, como no caso de Raelly, o questionamento sobre a efetividade desta ação que poderia ser gerada pelo filme. Há a dúvida sobre se a circulação deste produto foi suficiente, ou está sendo suficiente, para que este alcance repercussão diante do poder público.

Tal ressonância, como comprovamos aqui nesta pesquisa, não foi obtida dentro das próprias comunidades retratadas. Mesmo entre os entrevistados da websérie, alguns sequer haviam visto o vídeo finalizado. Não houve uma divulgação do resultado entre essas comunidades nem exibições públicas nesses bairros. E, para além disso, os movimentos sociais presentes nessas localidades, apesar de verem a realidade de onde vivem fielmente retratada no documentário, não se apropriaram do material de forma a utilizá-lo em seus encontros, como mediação de discussões e como elemento a mais na luta por visibilidade e reconhecimento de suas reivindicações como verdadeiras e válidas.

Cabe destacar aqui que o coletivo não parte destas comunidades, seus integrantes são jovens de classe média e não habitam as áreas retratadas. O próprio fato de eles não terem organizado exibições nestas regiões, como assim prometeram, depõe em desfavor do compromisso defendido por estes nas lutas apresentadas nos vídeos.

A afirmação feita por Yargo Gurjão de que o coletivo pretende “empoderar” os movimentos soa problemática, uma vez que os grupos retratados, até por estarem engajados em movimentos sociais, já são por si empoderados. Se confrontarmos as reflexões de Raelly, que se indaga sobre a capacidade de o vídeo produzido chegar aos governantes e gerar pressão por políticas públicas, e o fato de que vários moradores das duas comunidades estudadas não terem sequer visto o vídeo antes da presente pesquisa, podemos concluir que a ação do coletivo Nigéria em prol dessas comunidades carece de maior engajamento.

De toda forma, a partir da análise das falas dos moradores, pode-se afirmar que participar da websérie Cartas Urbanas, para estas cinco pessoas, foi um exercício de cidadania. Participar do Cartas Urbanas é, portanto, mais um espaço acessado pelos moradores entrevistados para a reivindicação de seus direitos. Essa ideia é reforçada por Canclini (2008, p. 36), quando afirma que cidadania e

direitos indicam o estado de luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de interesses válidos. E, como vimos nos discursos destes personagens, ter este reconhecimento por parte dos outros é um dos principais objetivos que eles têm a partir do vídeo.

7. REFERÊNCIAS

- CANCLINI, N.G. (2008). **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- LEFEBVRE, H. (2001). **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro.
- CARLOS, Caio Anderson Feitosa. **Invenções democráticas pela periferia: a Rede Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim**. 2014. 191f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2014.
- CASTELLS, M. (1999). **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra.
- DOWNING, J. D. H. (2002). **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: SENAC São Paulo.
- FREITAS, Clarissa Sampaio et al. Plano popular da Zeis do Bom Jardim. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2019. 138 p.
- LACERDA, J. S. (2002). A internet na gestão dos movimentos sociais: estudo de caso das estratégias discursivas da Rede Brasileira de Comunicadores Solidários à Criança. In D. COGO, G. KAPLUN, & C. PERUZZO (Orgs.). **Comunicação e movimentos populares: quais redes?** São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos.
- MARTÍN-BARBERO, J. (1997). **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ.
- MIGLIORIN, C. (2012, dezembro) O que é um coletivo. In Liv & Ingmar. **Teia, dizer o indizível** (pp. 2-8). Rio de Janeiro (online).
- SODRÉ, M. A. C. (2005). Por um conceito de Minoria. In R. PAIVA & A. BARBALHO (Org.). **Comunicação e Cultura das Minorias**. 1º ed. São Paulo: Paulus.